



REDESCOBRINDO O NORDESTE: A EXPANSÃO CAPITALISTA DO SEMIÁRIDO

Wagner Pires da Silva ¹
Erlene Pereira Barbosa ²
Cícera Maria Mamede Santos ³
Juliana Oliveira de Malta ⁴

RESUMO

O Nordeste não é apenas um espaço geográfico, mas o agrupamento conceitual de experiências que busca a convivência com o semiárido, marcado, a princípio, pela seca e por relações de controle ao acesso à terra e aos agricultores. Deste modo, este trabalho procura entender a formação dessa região, bem como os aspectos humanos e sociais que a compõem, traçando sob um viés antropológico um esboço do que é o Nordeste brasileiro semiárido, e quem são os nordestinos que buscam reinventar esse novo Nordeste. Para isso, utilizou-se de uma abordagem marxista, para se tratar da questão e exploração dos trabalhadores, sobretudo aos nordestinos, sendo assim, por meio de pesquisa de cunho bibliográfico, foi permitido abordar os objetivos. Diante disso, constatou-se que a concentração fundiária somada a questões ambientais, deficiência logística, atraso tecnológico, falta de crédito e de assistência técnica, estão entre os diversos entraves das atividades agrícolas dessa região. E por isso, muitos agricultores, acabam sendo alvo de ações paternalistas, o que contribui, ainda, para a proliferação de laços financeiros informais negativos, havendo a necessidade de realização de uma reconstrução de valores e princípios com vistas a reformulação das prioridades que orientam a relação do nordestino entre si e com restante do país. O estudo verificou também, que o semiárido começou a receber plantas industriais, facilitando ainda mais o estabelecimento de condições de exploração mais intensas. Ao final, concluiu-se que é pressuroso a necessidade de se constituir no semiárido uma proposta que supere a dicotomia de combate às secas e de convivência com o semiárido, onde os saberes tradicionais e o trabalho dos sertanejos não sejam expropriados em benefício do capital, mas que possam tornar-se o próprio sujeito de sua emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Nordeste Brasileiro, Nordestinos, Capitalismo.

¹ Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior – Universidade Federal do Ceará, Administrador da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Cariri; e-mail: wagner.pires@ufca.edu.br;

² Pedagoga, especialista em Psicopedagogia e graduanda em Ciências Sociais na UFC; e-mail: erlene2013@gmail.com;

³ Mestranda - Universidade Regional do Cariri, Pedagoga da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Cariri – UFCA; e-mail: cicera.mamede@ufca.edu.br;

⁴ Mestranda - Universidade Regional do Cariri, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI; e-mail: juliana.oliveiramalta@ifpi.edu.br;



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



INTRODUÇÃO

Quando os europeus chegaram ao Brasil no século XVI, foi no Nordeste que estabeleceram a primeira atividade de transformação econômica de larga escala conectada ao mercado internacional. A lavoura açucareira, bem como os engenhos para os quais ela fornecia matéria-prima trouxeram dois contingentes humanos que viriam não só a somar com o nativos da região: os brancos conquistadores e os negros africanos escravizados. Durante boa parte do período colonial a região seria um dos espaços mais dinâmicos da economia brasileira. Entre os fins do século XIX e o século XX, o Nordeste deixa de ser um polo dinâmico do país e passa a ser visto como um problema, demandando esforços do poder público sobre o território e seus habitantes (BARBOSA ET ALL, 2018).

Deste modo, este trabalho procura entender a formação da região, bem como os aspectos humanos e sociais que a compõe, traçando sob um viés antropológico um esboço do que é o Nordeste brasileiro e o semiárido, que engloba a maior parte do território nordestino (SILVA, 2016), realizando uma discussão fundamentada em referências que possibilitam a compreensão da construção do Nordeste enquanto território e no imaginário dos brasileiros.

Nessa perspectiva, o referente trabalho versa sobre o Nordeste, com ênfase no sertão nordestino, uma área que abriga milhões de indivíduos, território rico em sua cultura e costumes que atravessa nove estados do Brasil com características próprias bem diversas das características de outras regiões e que nas últimas três ou quatro décadas tem recebido transformações agudas em suas relações de trabalho (BARBOSA ET ALL, 2018).

METODOLOGIA

De modo a alcançar os objetivos, a pesquisa se configura de cunho bibliográfico, onde foram feitas consultas por meio de livros dos referenciais teóricos, com uma abordagem marxista, para tratar da relação da exploração dos trabalhadores, compreendida no momento de construção do Nordeste, e da formação do povo nordestino.

DESENVOLVIMENTO

Entender que o Nordeste não é apenas um espaço geográfico é o primeiro passo para poder compreendê-lo dentro da complexidade que o compõe. Uma complexidade que começa pelos próprios biomas presentes na região, que embora concentre a maior parte do território no semiárido, conta ainda com outras zonas como o meio-norte, com características físicas próximas da região amazônica, entre outros espaços com clima mais ameno e mesmo de clima temperado, em localidades de altitudes, como nas regiões serranas presentes em alguns estados, (ALBUQUERQUE JR, 2011).

De acordo com Albuquerque Jr. (2011) o agrupamento conceitual de experiências caracterizam o espaço e a identidade regional resultam na formulação de uma ideia de Nordeste. Durante boa parte da história brasileira não existia um território denominado Nordeste. O território que hoje recebe esse nome era chamado de Norte ou sertões do Norte



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



(ALBUQUERQUE JR, 2011). Para o autor, houve um esforço de invenção do Nordeste e sua gente:

O nexo de conhecimento e poder que cria o nordestino e, ao mesmo tempo, o oblitera como ser humano. O Nordeste não é recortado só como uma unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural geográfica e étnica (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 33)

O Nordeste foi, dessa forma construído para manter uma estrutura de poder. Nessa estrutura busca-se amalgamar as diferenças de seu povo, com o objetivo de facilitar não só a dominação da maioria formada por trabalhadores, sejam das cidades ou do campo, por uma elite que busca perpetuar seu poder por meio de uma narrativa na qual o Nordeste é uma região problema. Somando-se a julgamentos superficiais, formulados no eixo sul-sudeste, com os interesses políticos locais construiu essa visão do Nordeste como problema, fruto das condições naturais, como a seca, apontada como a principal responsável pelo atraso da região (BARBOSA ET ALL, 2018).

Todavia, em contrapartida concluiu-se que “o Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente em relação a uma dada área do país” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 62). É nessa produção que este trabalho deseja focar. Na gente que nela trabalha e produz e que deseja ser mais do que a personagem caricata que a “invenção” do Nordeste planejou para ela.

Por conseguinte, de acordo com Buarque (2001), mesmo deixando de ser um centro da economia brasileira, dando lugar aos estados do Sudeste, o Nordeste não se tornou uma região pobre, nem um problema. Foi apenas com as secas da década de 1870 que se iniciou a formular o Nordeste como um problema. A estiagem, a escassez de água e a pobreza dos solos foram diagnosticados como o problema da região. Mas esse é um diagnóstico que, como observado anteriormente, foi construído para cumprir com um objetivo, que seria acobertar

...as formas dominantes da exploração econômica que criaram e reproduziram a concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência de milhares de sertanejos. A concentração fundiária e a exploração da mão-de-obra dos sertanejos têm destaque na explicação da manutenção da miséria na região semiárida (SILVA, 2003, p. 362).

Com esta formulação, a solução dos problemas do Nordeste não passaria pela diminuição das desigualdades sociais, nem pela desconcentração da propriedade fundiárias nas mãos de uns poucos grandes proprietários, bastaria, explicavam os defensores dessa concepção, aplicar soluções técnicas de engenharia, como o represamento das águas, entre outros, (SILVA, 2003).

Na verdade, os problemas do semiárido, não são tanto os resultados de uma natureza inclemente, quanto resultados do desenvolvimento das forças produtivas do semiárido, uma vez que “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual” (MARX, 1986, p. 25).

Dessa forma pode-se identificar dois paradigmas de atuação no Nordeste: um com ênfase em combate às secas e um outro que busca a convivência com o semiárido (BARBOSA *et al*, 2018). O primeiro paradigma procura trazer as soluções de fora da região desprezando a cultura e os saberes da população nordestina, ressaltando-se que,

O combate às secas também utiliza políticas de estímulo à migração da população do semiárido para outras regiões, constituindo um exército de reserva que barateava o



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



valor da mão-de-obra para as indústrias e o agronegócio dos territórios que recebiam esse êxodo (BARBOSA *et al.*, 2018, p. 63).

Esta visão é a responsável pelas primeiras políticas públicas para o semiárido, que entendendo o interior do Nordeste como uma região problema, considerava-o também como um território que não possui, nem produz conhecimento, onde vivia um povo sem educação e atrasado, implicando que a resolução de seus problemas deveria ser imposta, vinda de fora da região (BAPTISTA e CAMPOS, 2013). Isto se refletia na educação, pois, o ensino ofertado neste modelo, ampliava a sensação de vergonha do semiárido e até mesmo estimulava o êxodo para outras regiões, dentro de um contexto histórico em que a burguesia brasileira precisava montar um exército de reserva para os empreendimentos capitalistas que se desenvolviam no eixo sul-sudeste. Em sintonia com a política de combate às secas, a educação era usada para “manter as pessoas do Semiárido, especialmente do campo, ignorantes, analfabetos e desprovidos de qualquer conhecimento que os ajudassem a enfrentar a situação de descaso e discriminação que sofriam” (PEREIRA, 2013, p. 118).

De acordo com Silva (2016), essa abordagem terminou por aguçar os problemas em vez de atuar em sua solução, sendo preciso uma nova forma de atuação que pensasse soluções no longo prazo e buscasse a convivência com as características do território.

Em fins do século XX, notadamente na década de 1990, inicia-se uma nova fase das relações capitalistas com o semiárido, (QUEIRÓZ, 2009). Atraídas pela concessão de benefícios fiscais, diversas empresas passam a se fixar na região, ao mesmo tempo em que o agronegócio, expande-se, principalmente na produção de frutas para a exportação, estabelecendo novas relações de trabalho no campo. Essas empresas passam a explorar diretamente a mão-de-obra da região.

Sendo assim, ampliado o contexto de construção do Nordeste, dada por ser definida como uma região problema, a mesma deve ser enxergada por suas possibilidades, e assim, trataremos sobre a formação do seu povo, os nordestinos, desde o momento de seus primeiros habitantes, e como foram reinventando este local de modo a preservarem suas identidades.

Milhares de índios habitavam o Nordeste quando da chegada dos europeus. Esses primeiros habitantes foram dizimados, tanto por eliminação física, quanto por assimilação dos modos e costumes do conquistador. Ao lado dos escravos trazidos da África foram estes as mãos e os pés do europeu, na sua sanha por transformação da natureza com fins de obter produtos de exportação apreciados na Europa, (FREYRE, 2006).

Essa exploração deixa espaços bem delimitados: na parte do território propícia a exploração desses produtos, o predomínio da mão de obra escrava negra, no restante do território índios e mestiços atuam em atividades voltadas para produção de gêneros de consumo interno, como o gado, que criado solto demandava uma mão de obra livre (FREYRE, 2006). É desse fato que se pode depreender que o Nordeste “não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 37).

Para que essa construção possa ter sucesso, essa homogeneização passa pela homogeneização dos homens que habitam a região, afinal, “ao mesmo tempo que inventavam o Nordeste, iam se inventando como sujeitos nordestinos” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 43). Assim, o baiano do pelourinho, o pernambucano da Zona da Mata, o paraibano do agreste, o cearense do Cariri e tantos outros tipos humanos tão diversos entre si, de tantos espaços geográficos diferentes, reconhecem-se como nordestinos.

Só o semiárido brasileiro, o maior território semiárido do mundo em extensão, bem como em população, possui mais de 21 milhões de habitantes distribuídos por cerca de 896 mil



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



quilômetros, que perpassam os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Norte de Minas Gerais (SILVA, 2016). Um território e uma população de dimensões continentais, para os quais se faz necessária a formulação de políticas públicas que dialoguem com os mesmos.

O Nordeste é a região brasileira com o maior número de pobres (SILVA, 2016), portanto, faz-se necessário valorizar “as lutas e as conquistas do povo desta região diante do desafio de viver em um lugar estereotipado historicamente de inviável” (PEREIRA, 2013, p. 116). Como já observado neste trabalho, esta construção atende os interesses das diversas elites locais, verificando, portanto, que já é hora de uma nova construção, de uma nova identidade para o Nordeste e os nordestinos.

O que se observa é que desde fins do século XX tentou-se fazer essa construção de uma nova identidade por meio da atração de novos elementos para o território, que atendessem aos preceitos do capitalismo, entendendo a modernidade e o progresso como sendo consequências da submissão à lógica do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As pressões do capital globalizado por expansão levaram a mudanças na forma de ver o semiárido. Este novo ciclo de expansão mundial do capitalismo, como observa Ianni (2011) desestrutura os projetos econômicos nacionais, realizando uma integração regional de acordo com os interesses e demandas do mercado.

Para o pleno desenvolvimento das relações capitalistas no semiárido é preciso ruir as relações sociais anteriormente existentes na região, uma vez que ao adquirir “novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a sua vida, mudam todas as suas relações sociais” (Marx 2008a, p. 135). E como isso aconteceu no sertão nordestino?

Para Marx (2017), o processo de criação do sistema do capital consiste em transformar em capital os meios de subsistência e de produção ao retirar os meios de trabalho dos trabalhadores. Tal processo tem se efetuado no Semiárido, com a desestruturação da agricultura familiar, que força os trabalhadores rurais a migrarem para as cidades e impede que os artesãos mantenham suas atividades.

De acordo com Farias (2012), a agricultura familiar no semiárido era praticada nas terras cedidas em regime de parceria pelos coronéis e chefes políticos locais. O acesso à terra era concedido aos aliados políticos, contribuindo para dominação econômica e política da elite sobre os trabalhadores. A maior parte da história do semiárido é marcada por essas relações entre os chefes políticos, que controlavam o acesso à terra, e aos agricultores. Outra característica apontada por Farias (2012) era que o ritmo de vida dos sertanejos era ditado pela natureza, com os meses de trabalho agrícola iniciando a partir de janeiro com as chuvas e se prolongando até julho com a colheita. A partir daí os trabalhadores ficavam sem trabalho esperando o ciclo se iniciar novamente. Em sua busca constante por valorização é impensável ao capital tanto tempo sem trabalho e sem consumo. Dissociar estes trabalhadores dos meios de produção em um processo “que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os trabalhadores diretos” (MARX, 2017, p. 836) é necessário para a implantação da lógica capitalista no território.

Apenas “a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção” (MARX, 2017,



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



p. 869). Depreende-se daí que a necessidade de expandir, tanto a fronteira do consumo, quanto a produção, para o semiárido levaria à desorganização das relações de produção arcaicas existentes na região, com o conseqüente incentivo para trabalhadores venderem sua força de trabalho às indústrias e empreendimentos implementados na região sob as novas relações capitalistas.

A agricultura tradicional do semiárido é voltada para subsistência, sendo geralmente prejudicada pelas estiagens periódicas, apesar das políticas públicas de represamento por meio de açudes e barragens (CASTRO, 2012). Concentração fundiária, impedindo o acesso à terra por parte dos trabalhadores, somada a questões ambientais, deficiência logística, atraso tecnológico, falta de crédito e de assistência técnica, estão entre os diversos entraves das atividades agrícolas. Diante dessa situação, muitos camponeses da região, vivendo geralmente em zonas distantes dos centros mais desenvolvidos, em meio a pobreza e o isolamento acabam sendo alvo de ações paternalistas.

Esse isolamento contribui ainda para a proliferação de laços financeiros informais negativos. “Os pobres do campo são explorados por agiotas e outros agentes financeiros informais, que utilizam mecanismos de coerção moral e mesmo física para levar adiante seus negócios” (CASTRO, 2012, p. 29). As sucessivas reestruturações econômicas dos anos 1980 marginalizaram ainda mais a agropecuária do semiárido, derrubando a participação da região no Produto Interno Bruto - PIB do nordeste de 28% para 21% (CASTRO, 2012). Sofrendo com os problemas provocados pela estiagem e sem condições financeiras e técnicas para continuar a exercer suas atividades, é cada vez maior o número de sertanejos que abandonam seus campos e se dirigem às cidades.

Uma análise do setor calçadista, que durante os anos 1990 e 2000 consolida a transferência de grandes plantas industriais para o Nordeste, mostra que “a busca por redução de custos foi certamente um dos motivos que levaram ao deslocamento de fábricas para o Nordeste, onde se destacam os estados do Ceará e da Bahia” (SANTOS *et al.*, 2002, p. 67). O semiárido começou a receber plantas industriais, muitas delas vindas de outras regiões do país, atraídas pelos incentivos fiscais e pela mão-de-obra mais barata, sem experiência sindical, o que facilita o estabelecimento de condições de exploração mais duras.

Apesar da instalação de indústrias, voltadas para o eixo sul-sudeste ter se iniciado nos anos 1960, de acordo com Pereira Jr. (2003) a partir dos anos 1990, os elementos que consolidam a economia de mercado são incorporados no semiárido. Atraídas pela concessão de benefícios fiscais diversas empresas passam a se fixar na região, ao mesmo tempo em que o agronegócio, expande-se, principalmente na produção de frutas para a exportação, estabelecendo novas relações de trabalho no campo. Essas empresas passam a explorar diretamente a mão-de-obra da região.

Certamente, a mão-de-obra de menor custo e em grande quantidade foi um dos fatores que mais influenciaram a migração das fábricas de calçados dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo para o Nordeste. As empresas, principalmente as que se dedicam à produção de calçados de baixo valor agregado e que utilizam intensivamente a mão-de-obra, têm sua competitividade afetada quando a variável salário apresenta um peso considerável em sua planilha de custos (SANTOS *et al.*, 2002, p. 74-75).

Cabe entender que a necessidade de expansão do capital não é para responder as demandas por integração ou melhores condições de vida das populações do semiárido, mas para conseguir a ampliação máxima da produtividade do trabalho e o aumento da exploração da



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



força de trabalho. Marx (2017) esclarece que o que impele o capitalismo é a maior expansão possível do capital, ou seja, a maior exploração possível da força de trabalho.

Santos *et al.* (2002), corroboram com o exposto ao afirmar que, na indústria calçadista, os custos de mão-de-obra, no Brasil, giram em torno de 15% da produção, enquanto no Nordeste, mesmo sem os benefícios fiscais ficam em torno de 10%. Os autores complementam que enquanto a indústria de calçados no Nordeste paga em média um salário mínimo ao trabalhador de “chão de fábrica”, por exemplo, na região do Vale dos Sinos paga-se entre 2 (dois) e 2,5 (dois e meio) salários mínimos. A diferença tende a se ampliar quando se considera a formação de cooperativas de trabalho, um modo de subcontratação de mão-de-obra com o objetivo de evitar o pagamento de encargos trabalhistas (SANTOS *et al.*, 2002).

CONCLUSÃO

Diante do exposto nota-se a necessidade de realizar uma reconstrução de valores e princípios com vistas a reformular as prioridades que orientam a relação do nordestino entre si e com restante do país. Fruto, como já colocado aqui, de uma invenção, é preciso que a formulação da ideia de Nordeste possa avançar, abandonando as concepções elitistas e excludentes e construir um novo Nordeste que esteja a serviço das classes desfavorecidas, sendo importante para isso, reforçar o desenvolvimento do acesso a direitos que historicamente têm sido negados a essa gente, permitindo o acesso à cidadania. Por isso, a premente necessidade de se constituir no semiárido uma proposta de que supere a dicotomia entre os dois paradigmas atuais, o de combate às secas e o de convivência com o semiárido.

O semiárido é um território complexo e como tal, se propõe, nesta pesquisa, entendê-lo dentro de seu contexto físico, cultural, biológico, sociológico, histórico, entre outros. Por isso a necessidade de constituir um modelo de desenvolvimento para o território no qual se repense as concepções de homem e de sociedade, apontando para uma sociedade mais justa e igualitária, onde os saberes tradicionais e o trabalho dos sertanejos não sejam expropriados em benefício do capital, mas que possam tornar-se o próprio sujeito de sua emancipação.

O avanço do agronegócio e da industrialização, o surgimento de novas formas de entretenimento e o estímulo ao consumo tem realizado em todo o semiárido, como em tantos outros locais onde se efetivam as relações capitalistas de produção, a ampliação das desigualdades e o conseqüente aumento da violência e da criminalidade. Assim, o capital não consegue absorver tantos trabalhadores deserdados de suas antigas funções sociais e nem dar solução aos problemas sociais que surgem na esteira de sua lógica.

A maior urbanização do território, advinda com as novas relações de produção e de sociabilidade, estimulou a demanda por serviços, como educação, saúde e segurança, que o Estado não consegue atender, nem a iniciativa privada deseja explorar, pois não apresentam os lucros adequados. A integração do semiárido à economia brasileira reproduzindo a lógica do mercado apenas efetiva a exploração do trabalhador. E, sem romper com o sistema, não se conseguirá efetivamente realizar a chamada convivência com o semiárido.

Desse modo, para superar de fato a exploração de seu povo e as desigualdades próprias da lógica capitalista é preciso desenvolver uma congruência que ultrapasse a do capital, visto que não se pode permanecer nas estreitas faixas de atuação que o capitalismo deixa escapar de seus domínios.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido. In: **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder(org). Brasília-DF: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, 2013.

BARBOSA, Erlene Pereira; MACIEL, Paulo Henrique Freitas; SOUSA, Ana Carmita Bezerra de; SILVA, Wagner Pires da. **Relações capitalistas no semiárido**: uma nova fronteira de expansão do capital. In: IV Semana de Economia Política – Os Desafios do Brasil para o século XXI: Economia, sociedade e Meio Ambiente. Viès, 2018. Anais (on-line). Fortaleza: Viès, 2018. Disponível em <https://viessep.wixsite.com/semanaeco2018/anais>. Acessado em 02/05/2019

BUARQUE, Cristovam. **Nordeste**: Quinhentos anos de descobertas. In: **Brasil: um século de transformação**. Org.: Ignacy Sachs, Joge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CASTRO, César Nunes de. **A agricultura no nordeste brasileiro**: oportunidades e imitações ao desenvolvimento. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PEREIRA, Eugênia da Silva. Educação contextualizada e convivência com o semiárido: lutas, conquistas e desafios. In: **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder(org). Brasília-DF: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, 2013.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



PEREIRA JUNIOR, Edilson Alves. Espaço, industrialização e acumulação capitalista: uma abordagem para o Nordeste e o Ceará. In: **Mercator: Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza, Ano 02, Nº 04, p. 65 –76, 2003.

QUEIRÓZ, Manuel Abílio de. Semiárido brasileiro: uma análise das potencialidades e das competências para seu desenvolvimento. **Parcerias Estratégicas**. Brasília/DF, v.14, n.29, p.129-144, jul./dez. 2009.

SANTOS, Angêla Maria Medeiros M.; CORRÊA, Abidack Raposo; ALEXIM, Flávia Menna Barreto; PEIXOTO, Gabriel Barros Tavares. **Deslocamentos de empresas para os estados do Ceará e da Bahia**: o caso da indústria calçadista. BNDES Setorial. Rio de Janeiro, n. 15, p. 63-82, mar. 2002

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre dois paradigmas**: combate à seca e convivência com o semiárido. Sociedade e Estado. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SILVA, Wagner Pires da. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.